

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO SOB A ÓTICA DO LIVRO DIDÁTICO: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Kemile Pires da Silva¹

Resumo

Este artigo trata do processo de alfabetização a partir dos livros didáticos e tem como objetivo analisar as implicações do uso do livro didático no processo de alfabetização e letramento de estudantes do primeiro ano do ensino fundamental. Essa discussão é relevante à medida que o uso desse recurso pedagógico vem sendo utilizado de forma significativa com intuito de sistematizar e uniformizar os processos de leitura e de escrita. O estudo volta-se para uma análise do contexto e o processo de alfabetização e letramento, os recursos e suas funções dentro desse processo. No que tange ao método, fundamenta-se em uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e documental. O livro didático pode ser um aliado no processo de alfabetização e letramento desde que seja utilizado de forma crítica e equilibrada, em articulação com outras abordagens pedagógicas que ampliem a construção do conhecimento.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Ensino Fundamental. Livro didático.

Introdução

A partir da década de 1990, as políticas neoliberais se aprofundaram, influenciando diversos setores da sociedade, incluindo a educação. O discurso do Estado enfatiza a “garantia” de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos os níveis de ensino. No entanto, a abordagem neoliberal defende a transferência ou divisão das responsabilidades educacionais com o setor privado, estimulando a competição no mercado educacional.

[...] a abordagem neoliberal não questiona a responsabilidade do governo em garantir o acesso de todos ao nível básico de ensino. Apregoa, contudo, a necessidade de um outro tratamento para o sistema educacional. Postula-se que os poderes públicos devem transferir ou dividir suas responsabilidades administrativas com o setor privado, um meio de estimular a competição e o aquecimento do mercado (Azevedo, 1997, p. 15).

Ao mesmo tempo em que o ideário neoliberal avança, também ocorreram no campo educacional uma série de modificações que são resultados de lutas empreendidas pelos diferentes movimentos sociais no sentido de possibilitar não somente o acesso, mas também permanência e sucesso desses grupos na escola pública.

¹ Graduanda em Pedagogia pelo IF Goiano campus Morrinhos. Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia, sob orientação da Prof.^ª Dr.^ª Sangelita M. F. Mariano. E-mail: kemilepires99@gmail.com.

Nesse contexto, o campo educacional passou por diversas reformas que impactaram a organização dos sistemas escolares, os processos avaliativos, a gestão escolar e a formação docente. Uma dessas mudanças nesse cenário foi a adoção de materiais didáticos estruturados, como o livro didático, que têm sido amplamente utilizados nos processos de alfabetização e letramento dos alunos do primeiro ano do ensino fundamental.

O uso do livro didático no cotidiano escolar é uma prática consolidada no processo de alfabetização e letramento dos estudantes que estão iniciando o ensino fundamental. Esse material é amplamente utilizado como ferramenta pedagógica por oferecer conteúdos estruturados e sequenciados, auxiliando no ensino da leitura e da escrita. No entanto, sua eficácia depende da forma como é empregado em sala de aula, uma vez que, por ser padronizado, pode não atender integralmente às especificidades de cada aluno.

Sob essa perspectiva, pesquisas indicam que os livros didáticos não devem ser o único recurso pedagógico na alfabetização, mas sim um complemento ao planejamento docente. O uso exclusivo desse material pode limitar a diversidade metodológica e a adaptação às necessidades individuais dos alunos. Dessa forma, é essencial que os professores integrem outros recursos didáticos, como jogos, atividades interativas e leitura de diferentes gêneros textuais, enriquecendo a experiência de aprendizagem e promovendo um ensino contextualizado e *significativo*².

Apesar da ampla utilização do livro didático no ensino fundamental, ainda há uma carência de estudos que investiguem em profundidade suas implicações no processo de alfabetização e letramento. Além disso, é necessário compreender como esses materiais se alinham às diretrizes educacionais, especialmente após a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2017.

O cenário educacional contemporâneo também apresenta desafios evidenciados por estudos sobre a aprendizagem da leitura e da escrita. Diversas iniciativas governamentais são implementadas, com foco no ciclo de alfabetização, o que implica na busca por soluções para as dificuldades enfrentadas pelo sistema educacional em alfabetizar as crianças. Assim, torna-se essencial analisar criticamente a função das livros didáticos nessa etapa e verificar até que ponto esse material contribui eficazmente para a aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, a pesquisa permitirá ampliar o conhecimento no campo da alfabetização e letramento e, também compreender o conjunto de proposições oficiais para os primeiros anos

² Segundo Ausubel (1980), o ensino *significativo* ocorre quando novos conhecimentos se relacionam com os conhecimentos prévios do aluno, permitindo a construção ativa e evitando a memorização mecânica.

do Ensino Fundamental, impulsionadas, sobretudo, pelo cenário ainda desafiador, evidenciado, por exemplo, por avaliações externas, a respeito da aprendizagem da leitura e da escrita de crianças.

Diante do contexto apresentado, a pesquisa busca responder à seguinte questão: Quais são as contribuições e implicações do livro didático para o processo de alfabetização e letramento dos estudantes do 1º ano do ensino fundamental?

O objetivo geral do estudo é analisar as implicações do uso do livro didático no processo de alfabetização e letramento de estudantes do primeiro ano do ensino fundamental. Para atingir o objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Identificar as concepções teóricas e as orientações metodológicas para o ensino da leitura e da escrita presentes nas pesquisas realizadas na última década; analisar como a descentralização e a autonomia dos municípios na gestão educacional influenciaram a escolha dos materiais pedagógicos; Investigar em que medida o livro didático contribui para as aprendizagens das crianças no que se refere à alfabetização e letramento.

A relevância do estudo se justifica por possibilitar uma reflexão sobre o impacto do livro didático na formação dos estudantes e no desenvolvimento dos *processos*³ de alfabetização e letramento, compreendidos aqui como o conjunto de *práticas*⁴ e interações que permitem às crianças não apenas aprender a decodificar a escrita, mas também desenvolver habilidades para utilizá-la em diferentes contextos sociais e comunicativos. Além disso, contribui para o campo da educação ao oferecer uma análise crítica sobre as políticas educacionais e os materiais pedagógicos adotados nas escolas.

Quanto à abordagem metodológica, este artigo foi desenvolvido sob a perspectiva qualitativa, conforme esclarece Minayo (2002, p. 102), ao afirmar que “preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação”. Nesse sentido, a pesquisa se fundamentou em uma revisão bibliográfica e análise documental, a fim de compreender as implicações do uso do livro didático nos processos de alfabetização e letramento. A seleção dos materiais considerou estudos e documentos relevantes que contribuem para o entendimento da relação entre essas temáticas. Entre os principais

³ Refere-se às etapas, mecanismos e desenvolvimento dessas habilidades ao longo do tempo. Trata-se da construção gradual da leitura e escrita, considerando aspectos cognitivos, sociais e pedagógicos.

⁴ Diz respeito às atividades, estratégias e metodologias concretas utilizadas para ensinar a leitura e a escrita, ou seja, como esses processos acontecem no dia a dia escolar e social.

referenciais teóricos, destacam-se autores renomados na área, como Moraes (2012), Mortatti (2004, 2015) e Soares (2004, 2014, 2016).

Além disso, será realizada uma pesquisa documental para análise de materiais institucionais, como a BNCC (2017), projetos político-pedagógicos, planos de ensino e o livro didático utilizados no primeiro ano do ensino fundamental. Para garantir rigor e validade na investigação, será utilizada uma triangulação de dados (bibliográficos e documentais), conforme proposta por Denzin (1978), permitindo uma análise ampla e aprofundada sobre o tema. Dessa forma, espera-se que este estudo contribua para um entendimento crítico sobre o uso do livro didático na alfabetização, auxiliando educadores, gestores e formuladores de políticas públicas na tomada de decisões.

Alfabetização e letramento

A alfabetização é um processo contínuo que não se inicia de forma abrupta, pois envolve a apropriação do sistema alfabético e ortográfico de escrita. É um processo que sempre está acontecendo, se realizando que, ao contrário de algumas concepções que ainda têm força, notadamente de senso comum, não começa e é realizado exclusivamente no âmbito escolar. O letramento, por sua vez, refere-se ao uso social da leitura e da escrita, enfatizando sua funcionalidade nas práticas cotidianas (Soares, 2016).

A interação entre crianças e adultos alfabetizados em diferentes contextos sociais desempenha um papel fundamental na introdução ao mundo da escrita. Antes mesmo do ensino formal, as crianças já interagem com textos e situações de escrita, desenvolvendo representações sobre a leitura e a escrita (Ferreiro; Teberosky, 1999). Como destaca (Soares, 2016), a entrada na escola não representa um momento inaugural no contato com a escrita, pois a criança já possui conhecimentos prévios sobre seu funcionamento.

Responsáveis que possuem hábitos de leitura regulares e inserem seus filhos em práticas de letramento desde a infância favorecem o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita ao longo da trajetória escolar. Dessa forma, professores terão condições favoráveis para ensinar crianças que chegam à escola com maior familiaridade com a leitura e a escrita, pois já tiveram contato prévio com textos, livros e situações de interação com a linguagem escrita. Em outros termos, tem-se claro então que:

[...] essa introdução ao mundo da escrita, na escola, não se caracteriza como um momento inaugural de entrada em um mundo desconhecido: embora ainda “analfabeta”, a criança já tem representações sobre o que é ler e escrever, já interage com textos escritos de diferentes gêneros e em diferentes portadores, convive com

peessoas que lêem e escrevem, participa de situações sociais de leitura e de escrita [...] (Soares, 2004, p. 69).

Com base nesses conceitos, Soares (2016) afirma que, enquanto a alfabetização está relacionada ao domínio do código alfabético, o letramento envolve o conhecimento das funções sociais da escrita. A autora ressalta que muitas vezes os termos são confundidos, levando a práticas pedagógicas que enfatizam o uso da leitura e da escrita sem garantir a compreensão do sistema alfabético.

A evolução do conceito de alfabetizado de “aquele que declarasse saber ler e escrever, o que era interpretado como capacidade de escrever o próprio nome” para “aquele capaz de ler e escrever um bilhete simples” (Soares, 2016, p. 34). Assim, a alfabetização é concebida também como a capacidade de exercer práticas de leitura e escrita socialmente (Soares, 2014).

E, por isso, “vem gerando ora usos inadequados, ora propostas de opção por um ou outro termo, ou de complementariedade entre eles” (Mortatti, 2004, p. 80). Essa compreensão tem acarretado uma supervalorização no desenvolvimento de práticas de ensino que enfatizam os usos da leitura e da escrita em detrimento da aprendizagem do sistema de escrita alfabética e, como observa Moraes (2012), esse entendimento refletiu também nas propostas teórico-metodológicas dos atuais livros didáticos.

Para Soares (2004), a alfabetização e o letramento são processos distintos, porém interdependentes e indissociáveis. Enquanto a alfabetização implica o domínio do sistema de escrita alfabética, o letramento compreende o conhecimento dos usos e das funções que a língua escrita assume socialmente. Com esse processo, as crianças tornam-se alfabetizadas e letradas. Isso evidencia a dimensão social do processo de aprendizagem da leitura e da escrita.

Assim, ela enfatiza que, contrariamente à alfabetização e sua determinação de apenas uma condição social – ser ou não alfabetizado – o letramento é mais amplo ou vasto, uma vez que considera o fato de uma criança analfabeta não significar, necessariamente, que ela seja iletrada, dada a distinção entre esses dois processos.

A definição da alfabetização como um processo com especificidades próprias é fundamental para que, segundo Costa Val (2006), o estudante possa se apropriar do sistema de escrita vigente em sua sociedade — isto é, das convenções alfabéticas e ortográficas necessárias para que desenvolva autonomia na leitura e na escrita. Em outras palavras, a alfabetização visa ao domínio do código escrito, o qual envolve, entre outros aspectos, a correspondência entre os sons da fala (fonemas) e as letras usadas para representá-los na escrita (grafemas). De acordo com Soares (2016), alfabetizar é proporcionar às crianças meios para que compreendam a

linguagem escrita e atribuam sentido aos textos, reconhecendo sua função social e comunicativa no contexto em que vivem.

Ao longo da história, diferentes abordagens teóricas contribuíram para a compreensão da alfabetização e letramento. Inicialmente, os métodos eram mecânicos e padronizados, baseados na cópia e repetição de textos conhecidos. Cagliari (1998) explica que o aprendizado ocorria por meio da imitação exaustiva de modelos, focando exclusivamente na decodificação textual. Por fim, após aprender as regras da construção desses textos, esses estudantes passavam a produzir seus próprios textos.

A concepção de alfabetização mudou significativamente com os estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999). Suas pesquisas psicogenéticas demonstraram que as crianças constroem hipóteses sobre a escrita antes mesmo de serem formalmente alfabetizadas, passando por diferentes estágios até compreenderem o sistema alfabético. Esse modelo revolucionou a educação ao afastar-se da memorização mecânica e enfatizar a construção ativa do conhecimento.

Paulo Freire (1987) trouxe uma perspectiva sociopolítica para a alfabetização, enfatizando seu caráter emancipatório. Seu método propõe que a alfabetização não se limite à decodificação de palavras, mas que esteja vinculada à leitura crítica do mundo. Freire rejeita práticas mecanicistas e propõe um ensino dialógico, no qual os alunos participam ativamente na construção do conhecimento.

Magda Soares (2004, 2016) aprofundou essa discussão ao defender a abordagem integrada dos conceitos de alfabetização e de letramento. Para ela, alfabetizar sem letrar reduz o ensino à memorização de códigos, enquanto letrar sem alfabetizar compromete a apropriação do sistema alfabético. Soares introduziu o conceito de "desinvenção da alfabetização" para criticar a priorização de práticas de letramento sem a devida atenção ao ensino do código escrito.

Os métodos de ensino da leitura e da escrita passaram por diversas transformações ao longo do tempo. No passado, predominavam abordagens tradicionais baseadas na memorização de sílabas e na cópia de textos. Essa prática, amplamente utilizada na Antiguidade e na Idade Média, focava exclusivamente na reprodução da escrita, sem preocupação com a compreensão textual (Cagliari, 1998).

Com o avanço das pesquisas em educação, especialmente a partir das contribuições de Ferreiro e Teberosky (1999), os métodos passaram a valorizar a participação ativa do aluno. O construtivismo influenciou práticas que reconhecem as hipóteses das crianças sobre a escrita e estimulam a exploração de diferentes gêneros textuais.

Nesse cenário de transformações metodológicas e valorização de abordagens construtivistas, o livro didático passou a ser incorporado como um dos principais instrumentos de apoio ao trabalho docente. Com o intuito de sistematizar conteúdos e alinhar o ensino às diretrizes curriculares, esse material passou a ser amplamente utilizado nas escolas públicas e privadas, muitas vezes com a promessa de garantir qualidade e equidade no processo de ensino-aprendizagem. No entanto, a padronização dos conteúdos proposta pelos livros didáticos nem sempre dialoga com as concepções contemporâneas de alfabetização e letramento, o que exige uma análise crítica sobre seu papel nas práticas pedagógicas.

O uso de materiais didáticos padronizados, como as livro didático, levanta questionamentos. A uniformização do ensino pode entrar em conflito com as descobertas teóricas sobre o desenvolvimento da escrita, uma vez que cada criança constrói hipóteses próprias sobre o funcionamento do sistema alfabético. Métodos rígidos podem limitar a adaptação das práticas pedagógicas às necessidades individuais dos alunos e comprometer a autonomia docente.

O uso de materiais didáticos padronizados, como os livros didáticos, levanta questionamentos no contexto da alfabetização. Embora esses recursos busquem sistematizar e uniformizar o ensino, especialmente no primeiro ano do ensino fundamental, sua estrutura fixa e linear pode entrar em conflito com os pressupostos teóricos sobre o desenvolvimento da escrita, que reconhecem a construção de hipóteses individuais pelas crianças acerca do sistema alfabético. Conforme alerta Soares (2016), métodos rígidos podem transformar o ensino da leitura e da escrita em um processo mecânico, baseado na memorização, o que compromete a autonomia docente e a compreensão significativa da linguagem.

Municipalização do ensino e materiais didáticos: entre a autonomia e as implicações pedagógicas

A municipalização do ensino fundamental, intensificada nos anos 1990 com a Reforma Gerencial do Estado e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), teve impacto direto na escolha e utilização de materiais didáticos nas escolas públicas.

Com a municipalização do ensino, os municípios passaram a ter maior autonomia na escolha dos materiais didáticos, podendo manter os livros distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) ou adotar materiais apostilados fornecidos por empresas privadas, muitas vezes buscando padronização e suporte pedagógico. Segundo Cária e Andrade (2011),

essa descentralização reduziu a dependência dos estados e levou alguns municípios a substituir os livros didáticos por sistemas próprios, geralmente terceirizados, o que gerou debates sobre autonomia pedagógica e a limitação da liberdade dos professores na escolha dos conteúdos. Além disso, os autores destacam que, enquanto os livros do PNLD passam por rigorosos critérios do Ministério da Educação (MEC), os materiais apostilados nem sempre seguem os mesmos parâmetros, podendo refletir interesses comerciais e restringir a diversidade metodológica ao impor um modelo único de ensino.

Essa questão é particularmente relevante quando analisamos os impactos da BNCC na escolha dos materiais didáticos. Com a padronização curricular, muitos municípios passaram a ver os sistemas apostilados como uma forma de garantir alinhamento às diretrizes nacionais, mas essa escolha pode comprometer a adaptação dos conteúdos à realidade local. Como aponta Soares (2016), a alfabetização e letramento demandam abordagens contextualizadas, e a adoção de materiais padronizados pode limitar práticas pedagógicas flexíveis e significativas. Além disso, ao vincular-se a empresas privadas, os municípios correm o risco de tornar o ensino dependente de materiais com interesses comerciais, o que reforça a necessidade de um olhar crítico sobre as implicações dessa escolha para a formação dos estudantes.

Nesse sentido, o maior envolvimento dos sujeitos sociais — como pais, responsáveis, lideranças comunitárias e membros da equipe escolar — poderia favorecer o acompanhamento e a fiscalização das ações pedagógicas e administrativas da escola, contribuindo para que estas realmente atendam às necessidades dos alunos da comunidade em que estão inseridos. No entanto, essa perspectiva tem sido comprometida pela baixa participação da população local nos espaços de decisão e debate educacional, o que pode ser atribuído, em grande parte, à falta de políticas públicas de incentivo à gestão democrática, ao desconhecimento sobre os mecanismos de participação, e até mesmo à descrença na efetividade dessas instâncias.

A municipalização da educação e a padronização curricular imposta por políticas educacionais também têm sido objetos de análise. Embora a descentralização da educação tenha sido promovida como um avanço, há críticas sobre sua efetividade, pois muitas vezes não há participação ativa da comunidade na definição dos materiais e métodos de ensino. Isso reforça a necessidade de um olhar crítico sobre o papel dos materiais didáticos na formação dos estudantes.

Alfabetização e letramento no ensino fundamental: revisão da literatura

Com o objetivo de compreender como a alfabetização e o letramento têm sido abordados nas pesquisas recentes, foi realizado um levantamento de produções acadêmicas publicadas nos últimos anos. Foram analisados estudos disponíveis em bases de dados como periódicos da CAPES e o Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) utilizando os descritores “Alfabetização e letramento e o uso do livro didático”, “Alfabetização e livro didático” e “O uso do livro didático no processo de alfabetização e letramento”. O foco foi identificar as abordagens predominantes acerca do tema.

Para a seleção do material disponível a respeito da temática foi realizado um quadro com mapeamento das pesquisas, no qual selecionamos 5 pesquisas que se relacionam ao tema, organizado conforme o ano de publicação. A partir dessa análise, foi possível identificar tendências, avanços e desafios no uso do material nos processos de alfabetização e letramento, contribuindo para a construção da discussão deste trabalho.

Quadro1: Artigos selecionados

AUTOR	TÍTULO
AMARAL E SILVA, Cristiana Vasconcelos do (2012)	O livro didático de alfabetização: o manual do professor e sua relação com o fazer pedagógico referente ao ensino da leitura e escrita
NASCIMENTO, Raquel Oliveira do (2012)	O livro didático de alfabetização na era do letramento: uma análise crítica
CAMPOS, Nathália Késsia de Sousa (2014)	Práticas de Ensino Para a Formação do Leitor: O Uso do Livro Didático e a Exploração das Estratégia de Leitura no 1º Ano do Ensino Fundamental
PERFEITO, Vânia Márcia Silvério (2020)	Entre os saberes a ensinar e o efetivamente ensinado: um estudo acerca da análise, escolha e uso do livro didático de alfabetização
PIRES JÚNIOR, Humberto. (2021)	Educação e legislação: Um viés histórico-documental para o surgimento do livro didático e sua incidência na mediação do ensino e da aprendizagem entre professor e aluno.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir da revisão de literatura

Para Amaral e Silva (2012), a construção do conhecimento ocorre por meio da interação entre aluno e professor. Nesse sentido, o professor deve aplicar seu conhecimento prático em sua atuação pedagógica, uma vez que não deve se limitar a manuais e livros didáticos, mas sim exercer "o saber em ação". Para isso, é fundamental que o professor possua um aprofundamento teórico que norteie suas escolhas pedagógicas, garantindo que sua prática não se resuma à mera

transmissão dos conteúdos. Além disso, é essencial considerar como os alunos aprendem e repensar os materiais utilizados em sala de aula.

O estudo intitulado “O livro didático de alfabetização na era do letramento: uma análise crítica” de Nascimento (2012) explora a obra (*L.E.R., Leitura, escrita e reflexão* – 1º ano, FTD) foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa, a análise se concentra em aspectos como, a organização do material, a coerência entre a orientação pedagógica descrita no manual do professor, as atividades propostas e as adequações das atividades às necessidades dos alunos. Outro ponto fundamental que foi destacado foi a insatisfação dos docentes com os novos livros didáticos de alfabetização, que não atendem às suas necessidades.

Em sua análise, a autora apresentou que embora o livro apresente pontos de melhoria, como as orientações para os professores e as atividades propostas, também traz avanços. Um dos principais aspectos positivos é a fundamentação teórica baseada nas contribuições da psicogênese da língua escrita, tornando-se uma referência para as propostas de ensino. Nesse sentido, a obra valoriza a escrita espontânea, o que representa um progresso em relação às produções mencionadas anteriormente. No entanto, a principal revisão necessária diz respeito às orientações pedagógicas destinadas aos professores, pois, em grande parte, os objetivos das atividades propostas não são facilmente identificáveis, o que compromete seu uso eficaz em sala de aula.

O problema é que a articulação entre as atividades e os novos textos acaba ocorrendo de forma superficial. Além disso, como se pode perceber, as instruções nessa seção são muito menos claras e às vezes até inexistente. Orientações referentes à mediação e à forma de interação na realização das atividades contribuíram para o melhor aproveitamento delas (Nascimento, 2012, p.82).

Nascimento (2012) enfatiza a importância das bases teóricas da alfabetização, evidenciando que o ensino da leitura e da escrita deve ir além da mera decodificação de símbolos, incorporando práticas sociais de linguagem. Os dados levantados confirmam a relevância da concepção construtivista de alfabetização, proposta por Ferreiro e Teberosky (1999), uma vez que diversos estudos ressaltam a importância de considerar as hipóteses das crianças sobre a escrita. No entanto, observa-se que pesquisas recentes também discutem desafios na implementação dessa abordagem em salas de aula heterogêneas, o que reforça a necessidade de investigações sobre práticas pedagógicas flexíveis e adaptáveis (Morais, 2012).

Campos (2014) investigou o uso do livro didático no ensino da leitura em turmas do 1º ano do Ensino Fundamental, buscando compreender como esse material era utilizado na prática docente. Os resultados indicaram que os professores realizavam o uso frequente do livro didático, sendo esse o principal recurso em suas práticas pedagógicas. O material foi seguido

de forma sequenciada. No entanto, as atividades propostas após a leitura do texto não eram integralmente aplicadas. Algumas foram realizadas conforme sugerido, enquanto outras foram modificadas, adaptadas ou complementadas pelos docentes, evidenciando um uso flexível do material.

Perfeito (2020) defende o uso do livro didático de forma crítica, sendo um apoio didático (uma vez que ele vem sendo usado como roteiro rígido), os docentes devem articulá-lo a outros recursos. A autora ressalta a importância de os professores participarem ativamente do processo de escolha do mesmo exigindo a qualidade do material.

Segundo Pires Júnior (2021), o percurso histórico e constitucional da educação no Brasil teve início com uma abordagem centrada na organização estrutural do sistema educacional, sem, no entanto, considerar de forma efetiva os problemas reais enfrentados pelas camadas vulneráveis da população. O autor também destaca que, no contexto capitalista, houve uma crescente precarização da educação, em que o livro didático passou a ser considerado um recurso insubstituível. Nessa lógica, o uso desse material nas salas de aula adquiriu um caráter tecnicista, reduzindo o papel do professor à função de mero transmissor de conteúdo.

Dessa forma, as produções acadêmicas analisadas evidenciam um avanço nas discussões sobre alfabetização e letramento, com maior ênfase na interdependência entre esses processos. No entanto, persiste o desafio de alinhar teoria e prática, especialmente no contexto do uso de materiais didáticos padronizados, como o livro didático. Esse cenário reforça a pertinência desta pesquisa ao investigar como tais materiais influenciam o ensino da leitura e da escrita no primeiro ano do ensino fundamental.

O livro didático nos processos de alfabetização e letramento

A evolução teórica da alfabetização e do letramento trouxe avanços para a compreensão do ensino da leitura e da escrita. A partir de contribuições de Ferreiro e Teberosky (1999) e Magda Soares (2004), passou-se a considerar que a alfabetização não se limita à decodificação mecânica de letras e palavras, mas envolve a construção ativa do conhecimento pelos alunos.

Nesse contexto, o conceito de letramento, por sua vez, também contribuiu para ampliar a visão sobre o ensino da língua escrita, enfatizando a importância do uso real e significativo da leitura e da escrita no cotidiano dos estudantes. Essa mudança de perspectiva impacta diretamente na adoção de materiais didáticos padronizados, como o livro didático, que muitas vezes são elaborados sem considerar as especificidades do processo de aprendizagem de cada criança.

Embora amplamente utilizado nos processos de alfabetização e letramento, o livro didático precisa ser analisado criticamente, sobretudo quanto ao seu uso exclusivo ou excessivo. Sua estrutura predefinida pode limitar a flexibilidade pedagógica e a adaptação às necessidades individuais dos alunos. Cada criança tem um ritmo e um estilo de aprendizagem próprio, e o livro didático, por si só, pode não ser capaz de atender a essas particularidades de maneira personalizada.

Isso significaria que o livro didático, enquanto recurso educativo [...] que sua faixa de referência se amplia (já que como instrumento mais abstrato ele propicia maior campo de abrangência) para se articular e, em certos casos, abarcar outros recursos pedagógicos. Em outros termos, caberá ao livro didático servir como elemento estimulador a professores e alunos no sentido de aguçar-lhes a capacidade criadora levando-os à descoberta e uso de novos recursos, por meio de sugestões múltiplas e ricas (Saviani, 2013, p.131-132).

Nessa perspectiva, Saviani (2013) reforça que o livro didático deve ser um suporte à ação docente, e não um substituto. Quando há dependência excessiva desse material, corre-se o risco de negligenciar outras estratégias e recursos pedagógicos que poderiam enriquecer a experiência de aprendizagem. A inclusão de literatura infantil, recursos audiovisuais e atividades práticas pode estimular a curiosidade e a criatividade das crianças, tornando o processo de alfabetização dinâmico e significativo.

Pires Junior (2021, p. 91) adverte que o uso excessivo de materiais padronizados pode reduzir o papel do professor a um mero transmissor de conhecimento, comprometendo a construção crítica dos alunos. Quando o livro didático assume um papel central e exclusivo no ensino, ele pode perder sua função pedagógica e substituir a mediação ativa do professor, transformando-o em um transmissor de atividades previamente definidas. Essa prática reforça um modelo tecnicista de ensino, que privilegia a transmissão mecânica de conteúdos em detrimento do desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico dos alunos.

Além disso, muitos livros didáticos enfatizam a repetição mecânica de exercícios e a memorização de regras gramaticais, sem explorar adequadamente a aplicação prática da alfabetização no cotidiano dos estudantes. Esse modelo pode resultar em uma aprendizagem superficial e desconectada da realidade, dificultando a construção de uma relação significativa entre os alunos e a escrita.

Outro fator relevante é que o livro didático ocupa um lugar central na educação brasileira, sendo amplamente aceito, muitas vezes, independentemente da vontade dos professores. Silva (1996) aponta que esse fenômeno é sustentado por diferentes fatores, como a influência dos pais, a organização escolar, o marketing das editoras e a tradição pedagógica que associa o ensino diretamente ao uso desse material. Dessa forma, o livro didático se torna

um elemento estruturante na dinâmica escolar, moldando práticas de ensino e aprendizagem dentro da sala de aula.

Segundo Cária e Andrade (2011), “[...] é através do material didático, utilizado por aluno e professor, que se materializam as questões de currículo, cultura e identidade”. No entanto, a maneira como esses materiais são elaborados nem sempre reflete a diversidade cultural, social e cognitiva dos estudantes. Embora os livros didáticos desempenhem um papel central na organização do ensino, seu caráter padronizado pode limitar a construção de saberes que dialoguem com a realidade dos alunos. Assim, para que o material didático cumpra seu potencial educativo de forma significativa, é fundamental que ele seja utilizado de maneira crítica e complementar, aliado a práticas pedagógicas que valorizem a experiência e o contexto de cada estudante.

Diante desse cenário, é fundamental que os educadores diversifiquem as estratégias pedagógicas, incorporando diferentes materiais e recursos, promovendo a participação ativa dos alunos e adaptando o ensino às suas necessidades individuais. O livro didático pode ser um aliado nos processos de alfabetização e letramento, desde que seja utilizado de forma crítica e equilibrada, em articulação com outras abordagens pedagógicas que ampliem a construção do conhecimento.

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar as implicações do uso do livro didático nos processos de alfabetização e letramento de estudantes do primeiro ano do ensino fundamental, considerando o contexto da municipalização do ensino e da implementação da BNCC (2017). A pesquisa permitiu identificar que a adoção de materiais apostilados, embora possa garantir padronização curricular e acompanhamento pedagógico, também apresenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à autonomia docente, à diversidade metodológica e à adaptação dos conteúdos à realidade dos alunos.

Diante das reflexões apresentadas, evidencia-se que muitos livros didáticos ainda se apoiam em propostas que enfatizam exercícios mecânicos, memorização e repetição, desconsiderando a realidade sociocultural e a diversidade dos estudantes. Esse cenário reforça a importância da diversificação dos materiais utilizados em sala de aula, como a literatura infantil, recursos audiovisuais e atividades práticas, que possibilitam experiências significativas e contextualizadas. Para isso, é fundamental que os professores adotem abordagens pedagógicas dinâmicas, que estimulem a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento,

respeitando suas vivências e promovendo o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita de forma crítica e funcional.

A principal contribuição do estudo foi fornecer uma análise crítica sobre a influência do material apostilado na prática pedagógica, destacando suas limitações sob a ótica da municipalização do ensino e das concepções teóricas sobre alfabetização e letramento. O estudo revelou que, enquanto o livro didático do PNLD passa por critérios rigorosos de avaliação, os materiais apostilados nem sempre seguem os mesmos parâmetros, o que pode comprometer a qualidade e a contextualização do ensino.

No entanto, algumas limitações devem ser consideradas. Como se trata de uma pesquisa baseada em revisão bibliográfica e documental, não foi possível realizar uma investigação empírica junto a professores e estudantes para compreender de forma aprofundada os impactos reais do uso desses materiais na sala de aula. Estudos futuros poderiam explorar essa dimensão por meio de entrevistas e análises de práticas pedagógicas em diferentes redes municipais.

Dessa forma, este estudo contribui para o debate sobre a padronização curricular e seus efeitos na alfabetização e no letramento, ressaltando a necessidade de uma abordagem equilibrada que garanta tanto a coerência com a BNCC (2017) quanto a flexibilidade necessária para atender às especificidades regionais e às necessidades dos estudantes. A continuidade dessa discussão é fundamental para a construção de políticas educacionais que conciliem qualidade, equidade e autonomia pedagógica.

REFERÊNCIAS

AMARAL E SILVA, C. V. do. **O livro didático de alfabetização: o manual do professor e sua relação com o fazer pedagógico** referente ao ensino da leitura e escrita. Recife, 2012.

AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso: Acesso em: 10 maio. 2023.

DARROZ, L. M. **Aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel**. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 576-580, 2018. DOI: 10.5335/rep.v25i2.8180. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8180>. Acesso em: 5 abr. 2025.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 1978.

CAGLIARI, L. C.. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1998.

CAGLIARI, L. C.. **Alfabetizando sem o Bá-Bé-Bi-Bó-Bu**: pensamento e ação no magistério. São Paulo: Scipione, 1998.

CAMPOS, N. K. de S.. **Práticas de ensino para a formação do leitor**: o uso do livro didático e a exploração das estratégias de leitura no 1º ano do ensino fundamental. 2014. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 157. 2014.

CÁRIA, N. P.; ANDRADE, N. L. de. **Material didático sob a lógica do mercado**: uma questão de política educacional. In: **Anais [...]** Anpae, 2011. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0419.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2025.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Linchtenstein, Liana Di Marco e Mário Corso. Porto Alegre-RS: Artes Médicas Sul, 1999.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1987.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2002.

MORAIS, A. G.. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2012.

MORAIS, A. G.. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

MORTATTI, M. R. L. **Educação e letramento**. São Paulo: UNESP, 2004.

MORTATTI, M. R. L. **Essa base nacional Comum Curricular**: mais uma estratégia brasileira?. Revista Brasileira de Alfabetização, Vitória, ES, v.1, n.2, p. 191-2015, jul./dez., 2015.

MORTATTI, M. R. L.. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**: síntese dos estudos sobre o processo de alfabetização no Brasil (1822-2003). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2004.

NASCIMENTO, R. O.. **O livro didático de alfabetização na era do letramento**: uma análise crítica. 2012. Dissertação (mestrado em letras) – UERJ, Rio de Janeiro, p 163. 2012.

PERFEITO, V. M. S.. **Entre os saberes a ensinar e o efetivamente ensinado**: um estudo acerca da análise, escolha e uso do livro didático de alfabetização. 2020. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade de Brasília, Brasília-DF, p. 254. 2020.

PIRES JÚNIOR, H. P. **Educação e legislação**: um viés histórico-documental para o surgimento do livro didático e sua incidência na Mediação do ensino e da aprendizagem entre professor e aluno. **Working Papers em Linguística**, v. 11, n. 1, 2021.

REIS, P. R.. **As narrativas na formação de professores e na investigação em educação. Nuances:** estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, ano XIV, v. 15, n. 16, 17-34, jan./dez. 2008.

SAVIANE, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11 ed. Campinas: Autores associados, 2013.

SILVA, C. V. A.. **O livro didático de alfabetização:** o manual do professor e sua relação com o fazer pedagógico referente ao ensino da leitura e escrita. 2012, Dissertação (mestrado em educação) – UFPE, Recife, p.231. 2012.

SILVA, E.T. da. **Livro didático:** do ritual de passagem à ultrapassagem. Em aberto, Brasília, v 16 n. 69 p11-15, mar. 1996.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização:** as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação, n. 25, jan./fev./mar./abr. 2004. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso em: 08 maio 2023.

SOARES, M. Alfabetização: o saber, o fazer, o querer. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, I. C. A. S. (Org.). **Alfabetização e seus sentidos:** o que sabemos, fazemos e queremos? São Paulo: Unesp, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/alfabetizacao_ebook.pdf. Acesso em: 10 maio. 2023.

SOARES, M. **Alfabetização:** a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

COSTA VAL, M. G.. O que é ser alfabetizado e letrado? 2004. In: CARVALHO, M. A. F. (Org.). **Práticas de leitura e escrita.** Brasília-DF: Ministério da Educação, 2006.